



*MOVIMENTO
NACIONAL PELA
DEMOCRATIZAÇÃO
NO TRÂNSITO*

Manifesto de Lançamento

Manifesto

Em defesa da vida: democracia e paz no trânsito

"O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito."
Art. 2º, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro

Face à alarmante realidade do trânsito brasileiro, considerando que 35.735 pessoas morreram por essa causa em 2005, de acordo com o Ministério da Saúde¹, avançou-se o debate sobre o problema do trânsito não somente enquanto um problema de segurança, mas também como uma questão de saúde pública e de cidadania. Sua discussão se faz urgente e necessária para toda a sociedade brasileira e envolve crianças, jovens, adultos e idosos no enfrentamento dessa problemática.

Nesse contexto, surge o **MOVIMENTO NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO NO TRÂNSITO (MNDT)**. O primeiro encontro aconteceu em Brasília, em abril de 2007, em que diversas entidades correlatas ao trânsito consideraram a importância de se estabelecer um grupo, um fórum, um movimento que pudesse dar ênfase à discussão em torno da defesa da vida e do meio ambiente nas políticas de gestão do trânsito. A proposta construída foi a consolidação de um movimento, composto por entidades da sociedade civil, que pudesse ter um efetivo compromisso com os direitos à mobilidade sustentável e à acessibilidade, com a **PAZ** e a **CIDADANIA** no trânsito, de forma **ética, democrática e transparente**, conclamando a sociedade civil para o engajamento em ações e mobilizações que visem o controle social das políticas públicas de trânsito.

Essas organizações da sociedade civil vêm, por meio deste, **manifestar** sua indignação com o atual padrão de mobilidade **insustentável** e com o quadro epidêmico, dramático e violento dos mortos e feridos no trânsito brasileiro, reivindicando, assim, a urgente **democratização e a inclusão da cultura da paz nas políticas públicas de trânsito**.

Por isso, propomos:

1. Implantação de um **PROGRAMA NACIONAL PELA PAZ NO TRÂNSITO** que articule e integre as ações dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, Poder Judiciário e Ministério Público, elaborado em conjunto com as entidades da sociedade civil;
2. **Participação e apoio** à criação, por parte do governo, de instâncias que envolvam diversas áreas correlatas ao trânsito, de atuação direta ou indireta, para a formulação de políticas públicas na área;
3. Democratização das instâncias de **participação nas deliberações do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, incluindo a representação da sociedade civil organizada**;

¹ Dados relativos aos números de mortos nos locais dos acidentes. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=29276. Acesso em: 10 jun 2007.

4. Desenvolvimento de programas de **Educação para o Trânsito e Mobilidade Sustentável** pautados na promoção dos valores humanos e cidadania. Para ser transformadora, é necessário que a educação para o trânsito seja promovida na perspectiva de uma educação crítica, partindo sempre da realidade socioambiental em que se está inserido, considerando a participação dos educandos (de crianças a idosos) no processo pedagógico e tendo como ênfase a redução do risco presente nas vias²;
5. Lutar pelo direito à **acessibilidade** e à **mobilidade sustentável**, priorizando as políticas e intervenções ambientais que considerem a necessidade do transporte coletivo e não motorizado, garantindo acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em respeito à diversidade humana. Pressionar pelo desenvolvimento de medidas de proteção à circulação perigosa e aos privilégios da política focada no uso do veículo particular, como tem ocorrido;
6. Controle social e descontingenciamento dos **recursos econômicos do SNT** por meio de uma gestão democrática e transparente dos recursos do FUNSET- (Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito) e do DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro Obrigatório de Danos Pessoais), bem como da destinação daqueles recursos de multas alocados nos Estados, Municípios e órgãos federais, orientando-os para a realização de medidas de PAZ NO TRÂNSITO;
7. Trabalhar para a prática de uma **Mídia Cidadã** comprometida com a defesa da vida e da paz no trânsito por meio do comprometimento e responsabilidade social desses atores. Também é urgente e necessário lutar por uma legislação que iniba a publicidade abusiva de automóveis que contenha apelos em relação à potência, poder e velocidade, a utilização de cenas de flagrante desrespeito à legislação vigente, assim como o uso de crianças nesses comerciais. Contrariamente a isso, queremos que se enalteça a cidadania no trânsito, inclusive reforçando o perigo existente na relação bebida alcoólica e direção, independentemente da faixa etária;
8. **Defesa e aperfeiçoamento do Código de Trânsito Brasileiro e da Política Nacional de Trânsito – PNT (2004)** em seu caráter de direitos do cidadão e da reestruturação técnica e administrativa do DENATRAN, visando dar eficácia à democratização no trânsito;
9. Participar, junto ao poder público, na elaboração de estratégias de **enfrentamento à questão do álcool e direção automotiva**, reforçando ações educativas e restritivas que inibam a direção veicular após o consumo de bebidas alcoólicas;
10. **Lutar contra a impunidade dos crimes de trânsito** para reverter o quadro de impunidade, dos assassinatos e demais violências promovidas com veículos automotores. Lutar também pelo engajamento dos Ministérios da Justiça e das Cidades, órgãos do SNT, Poder Judiciário, Ministério Público Federal e Estaduais e sociedade civil organizada, para a formulação de ações integradas voltadas para a qualidade e a celeridade nos processos de crimes de trânsito, assim como para a execução das penas impostas.

Vale ressaltar que, neste momento, incorporamos grande parte do conteúdo do *Manifesto pela Paz no Trânsito de 2004* e **colocamo-nos ao lado dos jovens** no

² Discussão presente em FÁRIA, E. O. Bases para um programa de educação para o trânsito a partir do estudo de percepção de crianças e adolescentes. Dissertação de doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

posicionamento apresentado na carta³ dirigida ao Presidente da República, que retrata a necessidade de todos os atores da sociedade - pais, empresas, mídia, governantes, entre outros - assumirem seus papéis e responsabilidades nessa luta.

Comitê Executivo do MNDT

Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET)
Associação de Vítimas de Trânsito (AVITRAN)
Associação de Profissionais de Psicologia e Medicina de Trânsito de Minas Gerais (APSIMT-MG)
Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP)
Confederação Brasileira de Motociclismo
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito e Transportes (ICETRAN)
Ong Criança Segura Safe Kids Brasil

Entidades da sociedade civil que assinam esse Manifesto:

Academia Paulista de Psicologia
Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET)
Associação Brasileira de Pedestres (ABRASPE)
Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABPSA)
Associação Blumenauense de Ciclovias- ABC Ciclovias
Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)
Associação de Profissionais de Psicologia e Medicina de Trânsito de Minas Gerais(APSIMT-MG)
Associação de Vítimas de Trânsito (AVITRAN)
Associação dos Ciclousuários da Grande Florianópolis - VIACICLO
Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET)
Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP)
Associação Preventiva de Acidentes e Assistência às Vítimas de Trânsito (APATRU)
Centro de Psicologia Aplicada ao Trânsito (CEPAT)
Confederação Brasileira de Motociclismo
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (CRP-04)
Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-06)
Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região (CRP-07)
Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região (CRP-10)
Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região (CRP-14)
Federação Nacional das Associações de DETRAN (FENASDETRAN)
Fundação Thiago de Moraes Gonzaga- Vida Urgente
Fórum Nacional de Participação Popular
Instituto de Seguridad y Educación Vial (ISEV)
Instituto de Certificação de Trânsito e Transportes (ICETRAN)
Instituto Rodrigo Marcheschi
Movimento Nossa São Paulo: outra cidade
Ong Criança Segura Safe Kids Brasil
Ong Rodas da Paz
Ong Rua Viva – Instituto de Mobilidade Sustentável
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

³ Carta apresentada na solenidade de lançamento da 1ª Semana Global de Segurança Viária no Brasil, em abril de 2007.

Setembro de 2007